

Tesouro paga a conciliação

O socorro a Estados em crise financeira começará, em breve, a aparecer nas contas federais. O acerto político foi feito. Falta pagar a fatura. A primeira parte do grande salvamento — a negociação com os governos, caso a caso — foi completada no ano passado. É necessário, ainda, resolver o problema da privatização dos bancos estaduais, mas a questão mais complicada — vencer a resistência política — foi superada. Com tudo combinado, o cumprimento dos acordos deverá impor ao governo central, a partir deste ano, um considerável ônus financeiro. Parte desse ônus, segundo ficou acertado, será carregada por 30 anos até se completar a rolagem.

O Executivo deverá pedir ao Congresso uma suplementação orçamentária para re-financiar a dívida estadual renegociada. Só para atender aos quatro maiores devedores — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, o Tesouro Nacional precisará de uns R\$ 60 bilhões. Esse dinheiro não será todo desembolsado. A rolagem será de fato sustentada pela emissão de papéis do Tesouro Nacional. Pelos acordos, a União deve assumir a dívida mobiliária dos Estados. O governo federal terá o encargo de entender-se com o mer-

cado. Poderá cuidar disso mais facilmente que os governos estaduais, e a um custo bem menor. De imediato, porém, a União terá de enfrentar algumas despesas. Será preciso adiantar dinheiro a alguns Estados, para facilitar a privatização de seus bancos. Os governos estaduais deverão usar o dinheiro principalmente para acertar contas com os seus bancos. Essa limpeza financeira, supõe-se, deverá tornar esses bancos mais atraentes na hora do leilão. Rio de Janeiro e Minas Gerais devem ser os primeiros Estados a receber o benefício. Só ao Rio, a Caixa Econômica Federal deverá emprestar R\$ 2,9 bilhões. Mais uma vez, com isso, a Caixa será usada como instrumento da política federal para o sistema financeiro. Desta vez, porém, o empréstimo será apenas um adiantamento, segundo se anunciou em Brasília. Aprovada a suplementação de verba, o empréstimo deverá ser coberto. Para os mais otimistas, a negociação do ano passado foi o começo de um grande ajuste administrativo e financeiro. Com o reescalonamento, os go-



vernros de Estados ganham fôlego para retomar suas operações normais e para arrumar suas contas. A arrumação deverá envolver maior controle dos gastos de custeio, tarefa que poderá ser facilitada, nos próximos anos, com a aprovação da reforma administrativa (também isto é parte do otimismo). As condições da renegociação favorecem as grandes mudanças. Para receber a ajuda federal, os governadores tiveram de assumir alguns compromissos: pagar à vista parte do débito, com entrega de ativos estaduais, e resolver o problema dos bancos. Para isto, devem privatizá-los ou, então, sanear-los e convertê-los em agências de desenvolvimento.

Para os pessimistas, a renegociação é apenas mais um capítulo das grandes conciliações políticas, tão freqüentes na história brasileira. Como de costume, a conta do grande acerto vai para o Tesouro Nacional. Desta vez, o impacto maior é na dívida federal. Noutras ocasiões, a consequência da política de entendimento foi a inflação. Quando todos fingem que ninguém paga

pela solução dos conflitos, a fatura acaba sendo dividida entre os mais pobres, os mais afetados pela alta geral de preços. Agora, espera-se, o resultado não será a inflação, mas um ônus maior para o governo central. O ajuste fiscal será mais lento, por causa disso. Depois, quem garante que os acordos sejam respeitados pelos próximos governadores? Há o risco de um no-

vo socorro ser necessário dentro de alguns anos.

Sem cair nos extremos do otimismo ou do pessimismo, é difícil, no entanto, recusar a idéia de que este acordo seja

A história pode não se repetir totalmente, se o acordo das dívidas marcar o início de ajuste nos Estados

mais um grande exemplo de conciliação, com a conta pendurada no Tesouro Nacional. Mas o governo central dispõe, neste momento, de condições excepcionais para avançar em algumas reformas. Se não perder a iniciativa do jogo, conseguirá, tudo indica, promover algumas mudanças irreversíveis nos padrões da administração pública. Se isto se confirmar, a conta, afinal, poderá ser suportável.